

Índios Tembé, cultura no fim, podem ter as terras demarcadas

Em contato com o branco, perdendo parte de sua cultura, eles ainda hoje são ameaçados. (Lilian Leitão)



Clemente, o cacique

Ameaçados pela invasão de posseiros em suas terras e pela devastação da floresta com a crescente exploração de madeiras, os índios Tembé da aldeia Tawari deram o primeiro passo na luta pela demarcação definitiva da reserva. Anteontem, eles se reuniram com o superintendente em exercício da 4ª Região, Frederico de Oliveira Miranda, o advogado Carlos Amauri Azevedo, a especialista em educação Marta Luciana Barbosa e a especialista em assuntos fundiários Regina Célia Fonseca. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renová-

veis, o Instituto de Terras do Pará e a Polícia Federal também foram convidadas para a reunião, mas não compareceram.

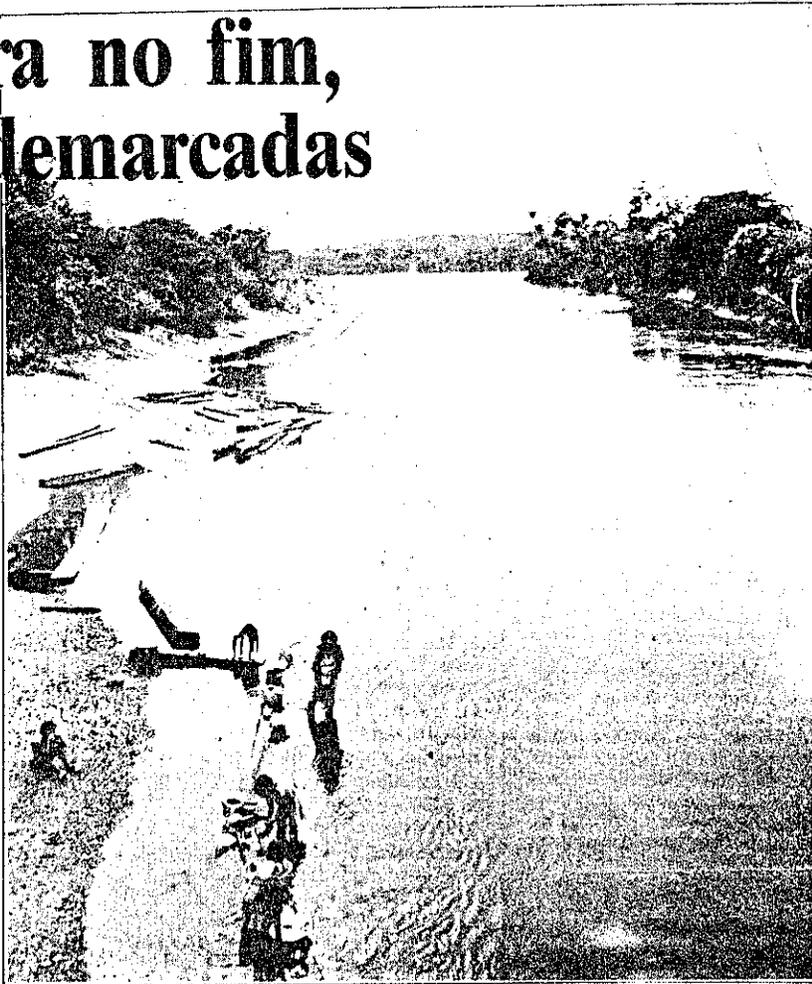
O acesso à aldeia, Tawari, que fica na região do alto rio Guamá e

a cerca de 15 quilômetros do município de Capitão Poço, só é possível por barco. A reserva indígena dos Tembé, com 278 mil hectares, vai da região do alto rio Guamá até as margens do rio Gurupi, na divisa entre o Pará e o Maranhão.

O fazendeiro Mejer Kabaczniak, que construiu em 1975 uma estrada de 24 quilômetros cortando a reserva indígena dos Tembé, com a autorização da Funai, é hoje o maior problema enfrentado pelos índios. A abertura da estrada, à altura da localidade de Livramento, atraiu centenas de posseiros e madeireiros para a região dos Tembé. Segundo o cacique Clemente dos Santos Tembé, 41 anos, a questão arrasta-se na Justiça há 12 anos. "Enquanto isso, os índios perdem suas terras, sem as quais não podem sobreviver", ressaltou.

Clemente Tembé pintou o rosto, no último domingo, em sinal de protesto. Para ele, a Funai é responsável pela situação atual dos índios. "pois é errado fazer acordo sem consultar a comunidade": "A própria Funai, quando chegou aqui, trouxe trabalhadores para ensinar o índio a construir as casas e o roçado, fazendo com que começasse a mistura. Assim os Tembé foram perdendo parte de sua cultura".

A antropóloga do Núcleo de Estudos Indígenas, Noemia Sales, que trabalha com os índios desde 1982, disse que as mudanças culturais sofridas não implicam na perda de identidade. Porém, a possibilidade de perder a terra põe em risco a cultura e a própria vida dos índios.



O rio Guamá dá vida à aldeia, mas já não há o que caçar na região: por isso a 'Festa do Moqueado' se acabou.



A assembléia geral com a Funai: esperança de demarcação



No convívio com outras culturas, muito já se perdeu: na aldeia 'entremeou tudo', segundo Miró

Em 1970, uma certidão da Funai motiva as invasões

A área de 278 mil hectares da reserva indígena dos Tembê foi doada, por decreto, no dia 21 de março de 1945, pelo então interventor Magalhães Barata aos índios Tembê, Timbira, Urubu e Guajá. O ofício 1.405 de 16 de maio do mesmo ano comunica à Prefeitura de Viseu sobre o decreto, já que a reserva se localiza nos limites daquele município.

Em novembro de 1970, a Funai determinou a transferência dos índios Urubu, que viviam ao sul da reserva, para a outra margem do rio Gurupi, desocupando a área indígena para, em seguida, expedir uma certidão negativa de aldeamento em favor da Companhia Agropecuária do Pará. Começavam as invasões à reserva. Segundo o advogado Carlos Amaury Azevedo, esse foi o primeiro erro cometido pela Funai.

No mês seguinte, o então presi-

dente da Funai propõe ao governo do Estado a liberação da reserva indígena do alto rio Guamá "por não mais estarem ali radicados silvícolas". A atitude da Funai, mentindo sobre a presença de índios, atendia aos interesses dos grandes invasores da área.

Mas em dezembro de 71, a presidência da Funai propôs ao superintendente administrativo da instituição na região a demarcação da reserva do alto rio Guamá obedecendo, porém, a novos limites. A demarcação dos limites a norte e a leste, todavia, só vieram a acontecer em 1972.

A invasão gradativa da reserva começou em agosto de 1975, quando teve início a demarcação dos limites a sul e a oeste. No mesmo ano, a Funai firmou acordo com o fazendeiro Mejer Kabaczniak permitindo a construção de uma estrada particular cortando a reserva e ligando a localidade de Livramento, a oeste, à sua fazenda, a leste. A criação da estrada gerou um "processo de invasão incontrolável e com o apoio de políticos da região", segundo os memoriais da Funai.

Em setembro de 1978, o ofício de 22 de julho assinado pelo presidente da Funai e dirigido ao governo do Pará comunica a liberação de cerca de 95 mil hectares na parte central da área indígena para o assentamento de famílias invasoras. Foi criada, para garantir a ocupação ordenada, a "Operação Guamá", com a participação da Funai, do Iterpa, do Inera, da Polícia Federal e da Polícia Militar do Estado. A Funai cometeu outro grave erro ao desconsiderar a possibilidade das invasões se multiplicarem, o que acabou acontecendo.

A presidência da Funai paralisou os trabalhos da Operação Guamá em 1979 e proibiu o fazendeiro Mejer Kabaczniak de utilizar a estrada. A Funai moveu duas ações na Justiça Federal do Pará contra o fazendeiro: um interdito proibitório (processo 16.272) para evitar a entrada de invasores pela estrada e uma ação de reintegração de posse (processo 16.271).

Em julho de 1988, atendendo às reivindicações de posseiros e com a autorização dos índios Tembê, que esperavam ingenuamente se livrar das invasões, a Funai dividiu a reserva indígena, doando a área central aos posseiros e criando duas colônias indígenas: a colônia Tembê-Guamá, com 83.125 hectares, e a colônia Canindé (no rio Gurupi), com 125 mil hectares. Os invasores ficaram com 69.875 hectares. Segundo Carlos Amaury Azevedo, a divisão de terras indígenas é inconstitucional, salvo por motivo de relevante interesse público.

A certidão negativa de aldeamento, emitida em 1970, é tornada sem efeito no dia 22 de maio de 1990. Em 12 de junho deste ano a presidência da Funai interditou a reserva indígena para garantir o direito dos índios à terra até a decisão da Justiça

Palavra da Funai: organizem-se

O superintendente em exercício da 4ª Região da Funai, Frederico de Oliveira Miranda, disse, durante a reunião, que somente a organização dos índios poderá lhes devolver o território ocupado, pois o problema, antes de ser fundiário, é político. Segundo o advogado da Funai, Carlos Amaury Azevedo, a demarcação definitiva da reserva depende apenas da Justiça Federal, pois a área foi interditada pela Funai no dia 12 de junho do ano passado, a fim de garantir o território aos Tembê até que o processo de reintegração de posse contra o fazendeiro Mejer Kabaczniak seja concluído.

Carlos Amaury Azevedo aconselhou os índios a denunciarem as "pessoas inescrupulosas" que incentivam novas invasões na reserva ao Ministério Público Federal. Dentre os que agem de má fé, segundo ele, está o fazendeiro Mejer Kabaczniak. No dia 30 de setembro passado houve a última audiência no Tribunal de Justiça Federal no Pará. A Funai apresentou os memoriais da reserva para comprovar o direito que os índios têm sobre a terra. Nos memoriais, a história da permanência dos Tembê na área é contada em detalhes. "Propugnamos pelo depoimento de Mejer e dos índios, que deverão ser ouvidos até o final de outubro", disse Azevedo.

Segundo o advogado, um levantamento do número de posseiros que ocupam hoje a área possibilitaria à Funai ingressar com ações judiciais individuais, contra cada um deles. Para o levantamento, que seria realizado com o apoio da Polícia

Federal, a Funai necessitaria, em janeiro, de Cr\$ 3,5 milhões. Se a operação fosse realizada em setembro, os custos subiriam para Cr\$ 6 milhões. A presidência da Funai, entretanto, diz que não tem dinheiro para fazer o levantamento. No dia 10 de julho passado foi enviado o último telex pelo superintendente da Funai, Salomão Santos, ao presidente da instituição, Sidney Possuelo. A resposta foi a mesma de sempre: faltam recursos.

Juntar ao processo denúncias comprovadas das invasões e da exploração de madeira é outra alternativa, segundo Carlos Amaury, para se vencer a questão na Justiça. Para ele, os índios devem encaminhar ao Ministério Público Federal fotografias e o depoimento de testemunhas provando os crimes.

Um documento apresentado pelo cacique Clemente Tembê ao advogado será entregue pela Funai à Justiça. No documento, os índios acusam um homem chamado Agenor, que seria comissário de polícia de Ourém e representante dos trabalhadores rurais de Piracema, no mesmo município, de doar a madeira retirada da reserva para a construção de uma ponte na área indígena. Eles denunciam, ainda, o madeireiro Antônio Carlos de utilizar máquinas para retirar madeira. O índio Pedro Rodrigues Tembê, segundo o cacique, encontrou 200 tábuas que serviriam para a construção de uma ponte no limite da área indígena com a localidade de Pitomba, que fica às proximidades de Capitão Poço.



Cintia Tembê, a mais nova menina da aldeia



Miró, sem diálogos na língua nativa



Suluene, 18 anos, estuda em Belém

Os restos da nação Tenetehara

Os índios Tembé, que ao lado dos Timbira, Urubu e Guajá formavam a nação Tenetehara, chegaram há séculos na Amazônia. Antes, eles eram mais de 12 mil e ocupavam parte do território maranhense. Hoje, o "povo do nariz chato", segundo a tradução da língua Tembé para o português, é formado por pouco mais de 800 pessoas que brigam na Justiça pelo direito de preservar sua própria cultura.

A nação Tenetehara se dispersou com a ocupação do Maranhão, ainda na época das entradas. Os brancos invasores denominaram os índios de Guajabaras. Parte da nação Tenetehara -- cujo significado, na língua nativa, é "nós, os índios" -- sucumbiu: os que conseguiram fugir se estabeleceram ao longo do rio Guamá ou formaram aldeias às margens do rio Gurupi, na divisa do Pará com o Maranhão.

Condenados a resistir à dominação branca sob pena de serem culturalmente (e até fisicamente) dizimados, os índios passaram a se denominar apenas Tembé no Pará e Tembé e Guajahara na região do Gurupi. Na reserva indígena do alto rio Guamá ficam quatro aldeias Tembé: a Tawari, a aldeia sede, a São Pedro e a Paxubá. Em cada uma delas vivem em torno de 20 famílias que subsistem exclusivamente da agricultura. Com a comercialização de mandioca, arroz, banana, feijão e milho, cada família consegue uma renda mensal de cerca de Cr\$ 100 mil.

Transformações culturais

A grande maioria dos Tembé da região do alto rio Guamá já perdeu os traços fisionômicos que caracterizavam seus ancestrais. O contato com o povo branco levou à miscigenação. Na aldeia Tawari vivem, hoje, homens e mulheres brancos casados com índios. Da mistura com os caboclos amazônidas surgiram tipos que em nada lembram os antigos Tembé. O pilimu -- cigarro de tabaco -- é a maior diversão dos adultos da aldeia, que passam quase o dia todo fumando.

A "Festa do Moqueado", uma das maiores tradições dos Tembé, acabou. O cacique da aldeia, Clemente Tembé, explicou que como não há o que caçar na região do alto rio Guamá a festa não tem mais sentido. Na reserva indígena Canindé, às margens do rio Gurupi, porém, o costume permanece. Arcos, flechas, cestos, adornos e outros objetos característicos da cultura indígena continuam sendo fabricados. "Os Tembé não podem deixar para trás suas origens", alertou o cacique.

"Estranhos"

Apenas duas pessoas da aldeia Tawari falam, ainda, a língua Tembé. Miró Tembé, 60 anos, e Fausta Tembé, 41, lamentam a falta de diálogos na língua nativa. "Entremeou tudo. Muitos que vivem na aldeia são quase estranhos casados com os índios. Quando os primeiros brancos chegaram aqui o comer dos índios era o chibé. Eles trouxeram o café e deram de beber ao índio. Morriam de dois a três por dia com dores no estômago", contou Miró Tembé, que nasceu na aldeia.

Fausta Tembé disse que seu avô conversava na língua nativa, mas que o costume se perdeu no contato com outros povos: "Não dá mais para falar enrolado. Tem índio que ainda põe o nome dos filhos na língua Tembé para preservar a cultura". A índia, com orgulho, explicou o significado de algumas palavras: "Dinair, que virou nome de gente, é colia. Tirama é farinha e mimirai é criança".

Suluene Kuzana Guajahara, 18 anos, nasceu na aldeia Guajahara que fica às margens do rio Gurupi, mas passou a maior parte de sua vida numa aldeia dos índios Araribóia, próxima ao município de Imperatriz, no Maranhão. Este ano, ela veio para Belém cursar a 6ª série do 1º grau. O freqüente contato com os índios da aldeia Tawari, segundo ela, serve para matar a saudade de seu povo, que também vem sofrendo com a aculturação resultante do contato com os brancos.

2

3